

Duas décadas de projetos de desenvolvimento entre povos indígenas: da resistência às frentes de expansão do capitalismo nacional à globalização e ambientalismo dos anos 90

Regina Polo Müller¹

Resumo: O artigo trata das reflexões do antropólogo, com vivência continuada junto a um povo indígena, a respeito de projetos de desenvolvimento nas duas últimas décadas, de modo a apresentar mudanças de perspectivas e de contextos históricos. Preparado para um encontro de antropólogos reunidos em 1997, no Museu Paraense "Emílio Goeldi" em homenagem a Eduardo Galvão, este trabalho aborda os Asuriní do Xingu, contatados em 1971, e propõe acrescentar outro termo, o da reprodução cultural, ao "nexo ecológico"- economia, território e situação sanitária - que vem orientando projetos de desenvolvimento sustentado. Discute, assim, o ecoturismo e o turismo cultural em terras indígenas como alternativa econômica. Destaca suas bases na auto-gestão e nas próprias respostas dos índios aos novos desafios a sua sobrevivência no mundo globalizado e na sociedade multicultural.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentado. Asuriní do Xingu. Antropologia. Indigenismo. Ecoturismo. Turismo ecológico.

A pesquisa continuada ao longo dos anos, o antropólogo testemunhando vivência de processos, característica muito familiar de pesquisadores brasileiros, foi salientada por Lopes da Silva ao comentar a proposta teórica de Barth para o estudo da variação cultural na sua condição de produção no tempo e no contexto da interação entre sociedades (1991:207). Abordando a questão da reprodução/recriação de mitos/ritos, especialmente o ritual

xamanístico entre os Asuriní do Xingu como discurso da resistência (Müller, 1994), recorri a esta característica de pesquisador e sua relação com este tema, tal como tratada pela autora acima. Esta característica era ainda compartilhada com outros colegas que participavam da reunião na qual apresentei este trabalho. A reunião não poderia deixar de estar sendo coordenada por Lux Vidal e o assunto era “Floresta e Povos Amazônicos: desafios e transformações”. Nesta ocasião, a reflexão antropológica enfocava a cosmologia e o xamanismo como campos privilegiados do discurso Asuriní para a compreensão de princípios estruturantes e, portanto, da dinâmica cultural que pode explicar as transformações e sobrevivência desta sociedade.

Invocando a mesma característica de pesquisador e até mesmo uma situação semelhante de companheiros de reunião, vejo-me dando continuidade àquelas reflexões, abordando, desta vez, as nossas representações e discursos sobre a atuação indigenista que a maioria dos membros reunidos em 94 iniciou na década de 70 e que, privilegiadamente, nos dá condição de analisar, ao longo do tempo, as mudanças de perspectivas e de contextos históricos nos quais nossa prática vem desde então se desenvolvendo.

Dos índios Gaviões aos Parakanã que foram sendo contactados até os anos 80, nossos projetos procuravam dar conta de garantir a populações indígenas da Amazônia condições de sobrevivência em meio às estradas, barragens, garimpo e extração de madeira que adentravam suas terras.

A demarcação destas e projetos econômicos para prover as necessidades advindas do contato com as frentes de atração do órgão oficial passaram a ser assuntos que tínhamos necessariamente

que abordar para propor ações com objetivos, para nós, claros, de ordem eminentemente prática e de intervenção salvacionista pois capitalismo selvagem, autonomia de povo indígena e plurinacionalismo, ou seja, sua sobrevivência física e cultural, não andariam e nunca andaram juntos. Projetos de assistência à saúde compunham também um campo desta antropologia aplicada, baseada fundamentalmente, e nisso fomos exemplares, no profundo conhecimento e continuada convivência junto às comunidades que se tornaram temas de nossas teses acadêmicas.

Com a construção da rodovia Transamazônica, no início da década de 70, foram contatados os Asuriní, que trinta anos antes já haviam abandonado as margens do rio Bacajá, empurrados por Kayapó e Araweté, em direção ao rio Xingu, vítimas todos de ataques de regionais. Entre os inimigos, de quem levavam desvantagem nos últimos tempos antes do contato, e os brancos, que, agora, deixavam ferramentas e pareciam não pretenderem atacá-los, os Asuriní não tiveram outra saída senão aceitar a convivência com estes. A transmissão de doenças pelos brancos, entretanto, ocasionou o desaparecimento de quase metade da população, que contava, aproximadamente, 100 indivíduos em 1971 e chegou a 52, em 1982.

Em 1978, davámos início a um projeto de recuperação com ações na área da saúde, controle da tuberculose, em particular, principal causa de mortalidade, demarcação das terras e comercialização do artesanato. Buscávamos uma alternativa aos projetos econômicos da Fundação Nacional do Índio, órgão do então Ministério do Interior, de caráter integracionista, como a plantação de arroz e cacau. Penso que até se chegou a planejar o plantio da

pimenta. Na verdade, poderia ser qualquer produto desde que acompanhasse os programas de desenvolvimento da região, tratando-se homogênea e irracionalmente populações regionais, migrantes do sul do país e índios. Era a época do milagre brasileiro e a ASPLAN, Assessoria de Planejamento da FUNAI, também acompanhava os organismos federais, mantidos com gordas verbas e intercomunicados pela competência da estratégia militar de assumir cargos e funções dos civis nos quadros do governo. Um funcionário da CODEVASF podia tranquilamente ser transferido para o DGPC, Departamento Geral de Planejamento Comunitário da FUNAI, para comandar equipes que elaborariam projetos para serem postos em prática por postos indígenas da Amazônia encarregados de "desenvolver o índio", mesmo que só entendesse de criar peixes em reservatórios do Nordeste.

Um projeto de comercialização do artesanato visava a evitar que os Asuriní tivessem desestruturado seu modo tradicional de produção de bens com a imposição das roças coletivas, divisão social do trabalho e técnicas voltadas para culturas como a de arroz, com o agravante ainda de se substituir produtos importantes da dieta milenar por alimentos de menor valor nutricional. A preocupação era até desnecessária, porque estes projetos eram quase sempre fadados ao fracasso pois moldados na mentalidade empresarial, eram inviabilizados pela estrutura do poder público, precariedade dos equipamentos de seus órgãos, total inadequação à vida social e cultural dos produtores.

A cerâmica Asuriní, as armas e os pequenos cestos de palha e fios de algodão em ponto cruz conseguiam preços razoáveis junto à clientela das lojas Artíndia da FUNAI e a venda de coleções etnográficas a museus e colecionadores poderia atingir melhores

resultados. Nos dois casos, a venda dos objetos artesanais era suficiente para suprir necessidades adquiridas.

Objetivava-se, antes de mais nada, manter o equilíbrio biótico do grupo, garantir condições gerais e fundamentais de sobrevivência como a preservação do território e o controle das doenças. Um tempo para se recuperarem, prevendo-se, na seqüência, a busca da convivência econômica com a sociedade nacional.

A FUNAI dispunha de verba (fizemos duas coleções, uma para o Museu do Índio e outra para o acervo da Artíndia), o milagre brasileiro permitia que a venda do artesanato subvencionasse a compra de armas de fogo, motores de barco, munição, combustível. Mas a estrada quase desapareceu, que dizer então dos projetos de colonização e grandes projetos agro-pecuários. A também grande hidrelétrica do Xingu ficou nos exercícios grandiosos de engenharia do CNEC-Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores, consultora da Eletronorte, sucata "planejamental", vestígios arqueológicos que algum dia irão ilustrar o delírio dos militares "pra frente brasil" para a ocupação da Amazônia. A demarcação das terras demandava, sim, ações racionais, estratégicas, precisas, para se evitar o surgimento de nações dentro da nação, territórios livres para a invasão de nações inimigas, ainda o perigo vermelho.

A demarcação da Terra Indígena Koatinemo, dos Asuriní do Xingu, só foi homologada em 1994, após 16 anos da primeira ação do projeto de recuperação de propor a identificação da área e encaminhamento do processo demarcatório.

Neste período, o milagre brasileiro acabou, desaparecendo também verbas e coronéis; tentou-se ainda plantar cacau, com o término do projeto de recuperação e nossa saída das ações

assistenciais junto à FUNAI para o grupo Asuriní. Venderam laborandi, erva medicinal para a indústria farmacêutica, continuaram vendendo artesanato, de maneira incipiente; a perspectiva econômica de autonomia e de defender o território demarcado, ausente.

Pode-se dizer que esta é a situação que perdura até os dias de hoje, colocando os Asuriní na penúria da condição de mendigos da administração regional da FUNAI, ela própria mendiga do comércio local, com vultosas somas de dívidas.

Condições de defesa do território, então, nem as mínimas. Não há embarcações, combustível, munição. Em nosso último trabalho de pesquisa de campo em janeiro de 1997, subvencionamos a recuperação de um barco, despesa depois não aceita pela agência financiadora de pesquisa.

Neste período de degradação das condições de viabilidade econômica de autonomia da sociedade Asuriní nas relações com a sociedade nacional, houve uma fase em que o artesanato Asuriní foi comprado pela empresa Body Shop de cosméticos, cujo marketing se apóia no ecologismo europeu. Assim, seus produtos são vendidos com o apelo publicitário da matéria-prima natural relacionada a culturas indígenas. Nesta fase, também se mostrava suficiente e adequado às necessidades de bens industrializados o comércio do artesanato realizado por meio da FUNAI e cujos recursos obtidos ainda eram aplicados na infra-estrutura de assistência na cidade de Altamira, como a reforma da enfermaria e alojamento dos índios em viagem.

Interferências de missão religiosa que atua entre os Asuriní inibializaram esta atividade comercial, com acusações de exploração dos índios por parte da empresa.

A reflexão crítica e ideológica é necessária sim, desde que acompanhada de propostas alternativas de desenvolvimento no processo de contato, uma vez que, a se manter a situação de penúria e ausência de formas adequadas para este tipo de etnodesenvolvimento, os Asuriní estarão à mercê de madeireiros e garimpeiros que lhes oferecerão, sem a menor dúvida, as suas próprias alternativas.

Para a continuidade de uma atuação entre os Asuriní compromissada com sua sobrevivência e desenvolvimento, cheguei a formular, no início dos anos 80, um projeto de estudo sobre "Arte gráfica Asuriní: identidade étnica, sobrevivência e reelaboração simbólica" (Müller, 1983) com o objetivo de relacionar a "descrição do sistema de arte gráfica Asuriní e a comercialização dos artefatos decorados com esta arte às reflexões sobre as mudanças e direções que ocorrem no nível da ordem simbólica e da própria organização social com o prenúncio de uma dependência econômica da sociedade Asuriní à sociedade nacional". Afirmava então que "isolados até recentemente, sofreram nestes últimos dez anos mudanças em sua organização social devido às transformações no meio-ambiente, na demografia do grupo e à interferência do Estado, através da FUNAI, no dia-a-dia, impondo mudanças em sua economia e nas práticas sociais e simbólicas. Tornando-se dependentes dos bens de consumo da sociedade nacional, através da atuação do Posto Indígena, passaram a trocar seus artefatos utilitários a fim de adquirir os bens industrializados e, estimulados por esse consumo, foram levados a produzir peças destinadas exclusivamente à troca. A comercialização é realizada pela FUNAI que as coloca no mercado através das lojas Artíndia".

Reproduzo a seguir outros trechos deste projeto de estudo, não levado a efeito, mas descritivo das preocupações ideológicas e científicas que acompanhavam o esforço de, nesse momento, retomar a atuação indigenista, interrompida em 1982.

Na apresentação do argumento desta pesquisa, informava que, dentre os artefatos, as peças de cerâmica decoradas com os desenhos geométricos são fabricadas pelas mulheres em número que ultrapassa em quantidade a produção tradicional destinada ao uso ritual, para a culinária e estético, verificando-se também incremento nas variações dos diversos padrões de desenho. Neste sentido, a questão levantada a respeito da mudança no repertório dos desenhos geométricos e no uso das peças é a seguinte: o que ocorre com a semântica desse sistema de comunicação visual se a circulação de mensagens através dos signos visuais é interrompida no ato da troca com o branco?

Completando-se as informações acima, nota-se, entretanto, que, apesar das mudanças no repertório dos desenhos, a estrutura formal (regras estéticas e morfológicas) permanece, enquanto há mudança na forma do suporte, isto é, no veículo através do qual circulam as mensagens, de acordo com a mudança de uso. Para os Asuriní, as peças passam a servir para adquirir bens industrializados e, na perspectiva do branco, servem para atender ao "consumo especializado de setores da classe hegemônica da sociedade nacional que lhes dão um sentido estético e de distinção", segundo Baudrillard. Para ele, o consumo especializado é lugar de diferenciação social. A reflexão sustenta então que o valor das peças de cerâmica no mercado se baseia na confecção esmerada e na beleza dos desenhos, entendida como exatidão geométrica, qualidades determinadas pelo gosto dos consumidores do referido setor da

sociedade capitalista e de classe. Se a hegemonia da sociedade nacional impõe regras de valor e mudança na forma dos suportes, permanecendo a estrutura formal do desenho onde reside o nível simbólico do sistema de arte gráfica Asuriní, pode-se falar em resistência da sociedade indígena neste nível. A atuação do pesquisador como alternativa à comercialização intermediada pela FUNAI seria definida por um direcionamento do consumo de artefatos Asuriní, no sentido de colocá-los no mercado especializado de colecionadores e museus, valorizando, de um lado, o próprio preço, de modo que os Asuriní pudessem dedicar o menor tempo possível à sua produção para adquirir os bens industrializados que foram introduzidos como necessidades através do contato. De outro lado, a venda de coleções estimularia a produção de todo o repertório tradicional, de modo que também pudesse servir, no futuro, de fonte de reelaboração simbólica no momento em que os Asuriní tivessem que assumir a etnicidade como conteúdo da luta pelo direito à terra e à autonomia política. A hipótese fundamental é de que a etnicidade como aspecto da ordem simbólica, nesse momento de sua história, estaria relacionada às manifestações e práticas culturais, em especial, à arte tradicional.

A pesquisa pretendia abordar a descontextualização e resemantização dos signos visuais e dos objetos na produção dirigida à troca com o branco e no consumo do mercado nacional especializado; o consumo de objetos indígenas na sociedade capitalista e sua influência nas relações econômicas e simbólicas entre a sociedade nacional e a sociedade indígena, bem como as características dos museus aos quais são destinadas as coleções etnográficas; a relação entre formas de resistência cultural e reelaboração simbólica através das manifestações artísticas (Müller, 1983:6).

Esta pesquisa não foi realizada, nossa atuação em projetos de assistência aos Asuriní não foi retomada e, quanto ao desenvolvimento da sociedade Asuriní no contexto do contato, já vimos como se degradaram as condições que permitiriam atender às novas demandas, desde consumo de bens industrializados a meios adequados de proteção do território através de atividades exploratórias de recursos (coleta, pesca, caça e agricultura) e de vigilância, num raio abrangendo sua extensão total.

Sedentários e aldeados, a partir de 1985, na margem do rio Xingu (antes habitavam às margens de um afluente, o igarapé Ipiaçava), os Asuriní passaram a explorar a pesca com anzol, modificando sua dieta, anteriormente mais rica em carne de caça, mantendo, por outro lado, uma das principais atividades de sua economia tradicional de subsistência, a cultura do milho e da mandioca, mas incorporando a técnica regional do preparo da farinha. As conseqüências no equilíbrio nutricional sanitário com a sedentarização e mudança de hábito alimentar ainda deverão ser avaliadas num prazo maior de tempo para sua visibilidade. Da situação de extinção iminente, na década de 70, pode-se observar recuperação demográfica, com aumento da população, de 52 a aproximadamente 90 indivíduos. Ocorreram certamente transformações na organização social, decorrentes do processo de depopulação sofrido, apesar das quais, entretanto, manteve-se o modo de vida tradicional nas relações sociais, no sistema social de produção econômica e no seu sistema de representações. Pode-se afirmar, neste último caso, que princípios estruturantes desta sociedade, o estético e a noção de concomitância de planos cósmicos vivenciada pela metamorfose do xamã, tal como foram por mim compreendidos há duas décadas, são atualmente identificados na

reprodução social e cultural e, portanto, na sua sobrevivência como povo indígena. As pesquisas de cunho acadêmico, que voltamos a realizar a partir de 1992, mostraram que os Asuriní enfrentaram situações de crise, notadamente a demográfica, ameaças a integridade de seu território e a intensificação de relações conflituosas com brancos e outros índios, reelaborando e reatualizando estes princípios (Müller, 1993, 1994a).

Na última década, os Asuriní passaram a se relacionar mais estreitamente com outros índios, através de casamentos e conseqüentemente, da convivência, em sua própria aldeia, com indivíduos de outros grupos étnicos da região, como os Arara, Parakanã e Kararaô. Estas mudanças nas relações dos Asuriní com outras sociedades acompanham as transformações provocadas pela drástica redução demográfica. Os contatos dos Asuriní com os habitantes brancos das margens do rio Xingu tornaram-se mais freqüentes e também mais tensos, discutindo-se agora questões como o direito de pescarem em águas do território Asuriní e servirem de prepostos de exploradores de madeira da região.

Na análise das mudanças na sociedade Asuriní e nos valores e comportamentos a elas relacionados, com o objetivo de se discutir seu desenvolvimento, considero fundamental abordar o contexto de relações interétnicas, com os brancos e outros índios, e sua resposta às ameaças à sua sobrevivência: a invasão de garimpeiros e madeiros.

Da mesma maneira como há 20 anos, chamava a atenção um processo de extinção iminente acompanhado de extrema vitalidade cultural, manifesta na realização de extensos rituais, na visita em 1992 e até os dias de hoje, observam-se rituais xamanísticos executados com os mesmos detalhes formais da parafernália

ritualística e do desempenho da dança e canto de outros tempos. Visualidade, movimentação e musicalidade que se estruturam da mesma maneira e de acordo com os princípios que sempre regeram o ritual do maraká (Müller, 1994:3).

Por outro lado, observa-se também performances antes inusitadas: os enfrentamentos com os regionais, exigindo-lhes, por exemplo, que devolvessem o peixe capturado, chegando um dos homens Asuriní a expressar, num ato agressivo, o domínio do próprio território, com o embargo do produto, distribuído aos membros da aldeia. Observa-se ainda o enfrentamento de invasores que retiram madeira da área indígena, com a expulsão dos mesmos.

Novo padrão de relacionamento, novos discursos, nova política demográfica. O maraká de sempre continua, entretanto, a reuni-los em torno da proteção e garantia de vida. Nos discursos do ritual e o da fala na língua do branco para os interlocutores índios não-Asuriní e não -índios, respostas às novas situações, são produzidos sentidos cuja tensão constitutiva se dá entre o novo e o tradicional.

A sociedade Asuriní é constituída por grupos domésticos que anteriormente ao contato separavam-se espacialmente, cuja melhor definição seria, então, grupos locais. Organizam-se em torno de mulheres parentes entre si cujos maridos, quando parentes entre si também, têm a faculdade de atrair outros indivíduos para seu grupo, fortalecendo seu prestígio. Os líderes dos grupos domésticos são em sua quase maioria xamãs.

Com a morte de xamãs importantes, Morera, um dos três principais líderes atuais, passou a concentrar a liderança religiosa e de outros assuntos de interesse coletivo da aldeia: a construção da

casa comunal, excursões para expulsar invasores e a participação em reuniões fora da aldeia, para reivindicar direitos junto à sociedade nacional. Na execução dos rituais, ele é um dos principais.

Na interpretação da ação ritual, experiência sensorial esteticamente organizada a partir de valores éticos do grupo, pode-se observar a intensificação da gestualidade do corpo quando se invocam os espíritos, tendo-se observado em particular que em um dos rituais, foram chamados os mais ferozes. Os espíritos que habitam outros planos cósmicos ameaçam, são responsáveis pelas doenças, mas são também necessários para reestabelecer a ordem, transmitindo aos humanos o princípio vital e garantindo a caça e a agricultura. Os Asuriní vêm mantendo, nas mudanças pelas quais passa a sociedade, padrões estruturais, valores éticos e morais, sua visão de mundo, internalizados fundamentalmente através dos rituais. Incorporou-se principalmente, do nosso ponto de vista, nesta dinâmica cultural, através das representações da performance ritual, a experiência histórica de contato com os brancos e outros índios. A convivência irreversível com seres diferentes, amistosa e ameaçadora, é vivida na ação ritual, estando prevista na cosmologia. A ação ritual possibilita sua reelaboração. A noção de concomitância de planos cósmicos e a convivência com seres diferentes são vivenciadas pela metamorfose do xamã nos rituais do maraká.

Nestes rituais, a performance de Morera sintetiza como a sociedade Asuriní vem construindo representações de si, para ela própria e para os outros, como mecanismos atuais que asseguram a reprodução cultural e social no contexto interétnico. Aspecto constitutivo desta construção é a intersecção do discurso ritual e o da fala na língua do branco em situações de interação e comunicação, histórica e espacialmente localizadas.

Como já foi dito acima, a cosmologia e o xamanismo Asuriní são campos privilegiados do discurso Asuriní para a compreensão dos princípios estruturantes e, portanto, da dinâmica cultural que pode explicar as transformações e a sobrevivência desta sociedade.

Esta análise se insere nesta reflexão sobre desenvolvimento sustentado e populações tradicionais pelos seguintes motivos: 1- avaliar proposta de atuação junto à sociedade Asuriní visando ao desenvolvimento sustentado no campo do turismo ecológico, considerando a interrelação entre economia, território, situação sanitária e reprodução cultural ; 2-demonstrar as transformações históricas no contexto da sociedade e da economia nacional, na sociedade Asuriní e na perspectiva dos agentes proponentes de alternativas econômicas às pressões adaptativas do contato e 3- avaliar a experiência também histórica do antropólogo dedicado à questão do desenvolvimento das sociedades indígenas com as quais realiza sua pesquisa acadêmica.

Desde a década de 70, os projetos de desenvolvimento coordenados por antropólogos consideravam a interrelação entre economia, território e situação sanitária como o "nexo ecológico sobre o qual se exercem as pressões adaptativas do contato - tais como redução territorial, sedentarização, concentração demográfica, perturbações ecológicas e contaminação – e a partir do qual elas podem ser avaliadas e eventualmente corrigidas" (Albert, B., s/d).

A demarcação das terras e a assistência à saúde constituíam as principais ações, especialmente entre grupos recém-contatados e, mais emergencialmente, junto àqueles que passaram a viver sob a influência de grandes projetos, como a implantação de sistema de barragens para aproveitamento hidrelétrico (Tucuruí), exploração

de minérios (Carajás) ou construção de rodovia (Transamazônica). Com previsões sobre as conseqüências das pressões advindas com essas invasões de seus territórios, implicando até mudança de aldeamentos da população indígena, projetava-se, além das ações já mencionadas, alternativas econômicas que a preparassem para uma nova relação com o meio ambiente e no contexto das relações políticas, com a sociedade nacional, garantindo sua autonomia. No caso Asuriní, a comercialização do artesanato foi objeto de planejamento econômico e de desenvolvimento, implantado através do próprio órgão governamental de assistência, a Fundação Nacional do Índio, envolvendo o Departamento Geral de Planejamento Comunitário, Departamento Geral de Operações, ASPLAN-Assessoria de Planejamento e Departamento Geral de Administração-ARTÍNDIA. Algumas das previsões deste planejamento, apoiadas numa análise como a da pesquisa que relatamos acima não se verificaram, em particular a descaracterização da arte gráfica como sistema de signos visuais que veiculam conteúdos cosmológicos e filosóficos. Como já se afirmava naquela proposta de estudo, havia mudança na forma do suporte do grafismo Asuriní, os objetos cerâmicos, mas o estilo e a estrutura formal (regras estéticas e morfológicas) dos desenhos geométricos permanecem. Deve-se lembrar que a cerâmica é um dos suportes da arte gráfica, sendo o corpo o meio por excelência de sua expressão (Müller, 1993). Há, assim, uma autonomia do grafismo em relação aos suportes e sua íntima relação com outros sistemas cognitivos como a cosmologia e noções filosóficas (a imagem é equivalente à realidade) faz da arte princípio estruturante e aspecto constitutivo da reprodução cultural da sociedade. É certo, por outro lado, que, dentre as formas de obtenção de recursos

financeiros, a venda das peças da cultura material continuou, até os dias de hoje, a ser a principal fonte.

Ocorre que, novamente fazendo-se previsões, ante as pressões representadas hoje pela exploração indiscriminada da madeira e do ouro no território indígena, o dismantelamento da estrutura de assistência e a ausência de condições de se estabelecerem novas bases de relação entre economia e território de modo a preservá-lo, a sociedade Asuriní encontra-se sem alternativa de garantir sua autonomia, de desenvolver "positividade política" (Andrade, L. e Viveiros de Castro, E., 1988). As terras foram demarcadas e a população se recuperou demograficamente. As condições atuais relacionadas a sua sobrevivência dizem respeito, de um lado, à ocupação e exploração desordenada da Amazônia, e, de outro, a processos da economia globalizadora e políticas de desenvolvimento de ideologia ambientalista. Não é por acaso que a idéia de desenvolvimento sustentado emerge nesse quadro e o setor ambiental, governamental e não-governamental se destaca na proposição de alternativas ao tradicionalismo dos sistemas indígenas de uso dos recursos naturais ou à subordinação à hegemonia econômica da sociedade nacional, para a qual a primeira forma necessariamente desembocará, devido às pressões do contato.

Urge que se apresente às sociedades indígenas contatadas nas últimas duas décadas, estratégias econômicas visando a serem alternativas às duas situações, contando-se agora com a participação plena de seus membros nas decisões e auto-gestão de projetos de desenvolvimento. Urge, antes de mais nada, que a Antropologia reafirme sua importância científica e política, apontando direções e avaliando a interlocução entre os resultados de sua análise e as respostas dos próprios sujeitos da realidade investigada.

Ao tratar da situação dos índios Yanomami, paradigma das pressões do contato, e avaliar uma Antropologia ecológico-econômica para a análise de fenômenos de mudança compromissada com a garantia de sobrevivência e desenvolvimento dos grupos indígenas, Albert chama a atenção para o equívoco da reificação dos sistemas produtivos destas sociedades. Segundo ele, dentre a maioria dos estudos sobre sistemas de conhecimento e de exploração dos recursos naturais da floresta amazônica, a perspectiva de uma "etnografia de salvamento" ou de sustentação de hipóteses sobre evolução cultural, abstrai-se a história do contato e a articulação dos grupos indígenas ao contexto atual de ocupação e transformação do espaço amazônico. Os sistemas produtivos indígenas são vistos, assim, como sistemas adaptativos "tradicionais" e, portanto, representativos das economias indígenas pré-contato (Albert, s/d).

Para uma Antropologia ecológica que possa oferecer contribuição científica à identificação dos fatores e mecanismos de desestruturação econômico-sanitária característicos do contato, propõe abordar a questão da interdependência complexa entre sistema produtivo, espaço econômico e equilíbrio nutricional-sanitário. Como se afirmou acima, já na década de 70, a geração de etnólogos envolvidos com projetos de assistência, considerava este o "nexo ecológico sobre o qual se exercem as pressões adaptativas do contato" e, com efeito, as ações planejadas e os resultados obtidos o foram por esta perspectiva, terras demarcadas e recuperação demográfica.

No caso Asuriní, detectando-se o lugar estruturante de sistemas expressivos na reprodução da sociedade, a arte e também o ritual xamanístico, ações de valorização e apoio à preservação

destas práticas sociais e sistemas de representação foram sistematicamente implementadas e a pesquisa acadêmica, mesmo após seu desvinculamento da atuação indigenista, mostrava a inscrição histórica destes discursos, estratégias de resistência (Müller, 1994a).

Assim, ao nexu ecológico sugiro acrescentar outro termo, o da reprodução cultural, tão importante quanto a relação do sistema produtivo com o meio natural, ao menos no caso Asuriní, o qual, acompanhado ao longo dos anos, tem sustentado esta evidência.

Neste quadro, emerge como alternativa econômica, o turismo ecológico em terras indígenas, cujo produto a ser consumido por setores especializados do mercado internacional e globalizado é o próprio modo de vida cultural de uma população na sua relação com o meio ambiente.

Enquanto escrevo este trabalho, uma das manchetes de jornal é "Ecoturismo exige a atuação dos nativos" (Folha de São Paulo, caderno Turismo, p.7, de 11 de agosto de 1997). A mensagem é dúbia. De um lado, define-se ecoturismo como a "viagem responsável para áreas naturais que conservam o meio ambiente e sustentam o bem-estar da população". Afirma-se também que a fórmula "se você construir, eles vêm" não é mais receita para o desenvolvimento sustentado e que publicações especializadas dão exemplos de programas na bacia amazônica no Equador que oferecem oportunidades para o turismo sustentado, em vez da exploração de petróleo, de atividades agrícolas ou extração de madeira. A Survival International, segundo a matéria, prepara uma publicação listando comunidades tribais que se organizaram para acomodar turistas e preservar seu meio ambiente.

Por outro lado, também informa que "tribos isoladas, que são anunciadas pelos agentes de viagem como exóticas ou sobreviventes da Idade da Pedra, não demoram muito a se maquiar para atrair mais pessoas. As conseqüências disso são a criação de ornamentos artificiais ou a invenção de rituais para angariar dinheiro, estereotipando a cultura local".

A exigência de participação dos "nativos" pode ser entendida como a necessidade operacional de sua organização para o sucesso do empreendimento, uma vez que só sua conscientização de preservar a cultura e o meio ambiente garantirão o produto a ser consumido pela clientela ecologista ou pelo "turista responsável" . Pode ser entendida também como necessária como exibição do exotismo, mensagem estereotipada da população local vivendo em harmonia com a natureza porque diacriticamente diferenciada dos estrangeiros predadores, membros de sociedades que exterminaram suas florestas, rios, espécies animais e que agora querem, nostalgicamente, ver o passado de um futuro impossível para eles.

Questões éticas e empresariais se entrelaçam na maneira como é apresentado o ecoturismo, e pode-se verificar nos programas preocupações e discursos incorporados dos estudos antropológicos sobre economia e ecologia, de projetos de desenvolvimento sustentado preparados por antropólogos e o ideário da "etnografia de salvamento", facetas do pesquisador envolvido com o destino e sobrevivência das populações estudadas por ele.

Podemos indagar se este empréstimo é comercial ou se estamos perante o momento em que a globalização faz com que prestígio social de setores de classes hegemônicas dos países desenvolvidos esteja baseado no consumo de "bens ideológicos",

no caso a ética ambientalista de preservação da natureza, identificada nos "nativos", o que dá quase no mesmo. A necessidade de consumo de uns é contrapartida da sobrevivência física e cultural de outros.

A verdade é que, nas diretrizes de um programa de ecoturismo em terras indígenas, encontramos as de conservação do patrimônio natural, respeito e valorização da cultura indígena, gestão participativa beneficiando a comunidade indígena, minimização dos impactos negativos das visitas ao lado de outras como proteção à integridade física dos visitantes e visitação planejada, disciplinada e controlada com base na legislação vigente (Programa Piloto de Ecoturismo em Áreas Indígenas - Ministério do Meio Ambiente, 1997).

Neste programa, diagnosticam-se ainda impactos negativos no contato entre indígenas e não-indígenas e estabelecem-se como objetivos a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas, com a valorização do patrimônio cultural e auto-gestão apropriada, de forma a beneficiar toda a comunidade, sendo o objetivo geral desenvolver o ecoturismo como uma alternativa econômica sustentável que valorize a cultura, o patrimônio ambiental e o território indígena. Propõem-se meios para gestão autônoma, participativa e organizada, incentivando-se atividade econômica diversificada, motivação e valorização de atividades econômicas tradicionais, criação de mecanismos para alternativas econômicas.

É imprescindível que esta proposta de desenvolvimento sustentado – cujo nexo ecológico incorpora a cultura, situa-se num plano ideológico e vem se disseminando entre povos indígenas (da Austrália ao Equador, chegando aos Kayapó de Aukre) – seja

analisada do ponto de vista histórico, relacionando-se objetivos e estratégias dos programas de desenvolvimento aos diferentes contextos de relações interétnicas, econômicas e políticas entre sociedades nacionais e tribais.

Multiculturalismo e globalização talvez sejam atualmente conceitos mais úteis do que o referencial teórico da ecologia econômica para se acompanhar, no mínimo, as próprias respostas das sociedades indígenas aos novos desafios para sua sobrevivência e desenvolvimento.

No passado, a defesa do território e a vigilância sanitária constituíam objetivos de programas que lograram oferecer condições para a sobrevivência física dos povos indígenas, partindo seu estabelecimento, na maioria da vezes, e sempre entre sociedades recém-contatadas, dos agentes da intervenção protecionista. Hoje a auto-gestão é o ponto de partida para qualquer programa, uma vez que se superou o risco da extinção (física e perda do território), estas populações se conscientizaram – através de programas de educação, do surgimento de organizações indígenas ou da própria experiência de convivência com o "outro" – o multiculturalismo sendo compreendido talvez muito antes pelos "nativos" do que pelos colonizadores. A auto-gestão é o ponto de partida porque hoje a meta é a efetiva autonomia política dos povos indígenas.

No caso Asuriní, em particular, a comercialização do artesanato era considerada como alternativa apropriada quando as pressões do contato eram de ordem diferente das atuais e a defesa das terras comandava o ideário salvacionista apoiado na interrelação entre economia, ecologia e equilíbrio sanitário.

Ela continua sendo apropriada pelos motivos que a justificavam há duas décadas e poderá ser ainda mais se articulada a outros empreendimentos econômicos na área da cultura, como o ecoturismo. Neste caso, o modo de vida tradicional constitui o bem econômico e o signo de troca simbólica no mercado globalizado e na sociedade multicultural.

Extrema vitalidade cultural em momento de crise, o xamanismo como discurso da resistência, a arte e o ritual como mecanismos de reprodução da sociedade no contexto do contato interétnico são aspectos fundamentais da realidade Asuriní para se avaliar o ecoturismo e o turismo cultural como alternativa viável e adequada ao desenvolvimento deste povo.

Nota

¹Doutora em Antropologia
Professora Associada da UNICAMP

Bibliografia

ALBERT, B. *Ecologia, Território e Contato na Amazônia Indígena: o caso dos índios Yanomami*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. Xerox, 34p. s/d.

ANDRADE, L.M.M. & Viveiros de Castro, E. 1988. “Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as Sociedades Indígenas”. In L.A.O & Andrade, L.M.M. (Orgs.). *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*, Santos. CPI-SP, São Paulo.

LOPES da Silva, A. 1991. "Tradição, Inovação e Criatividade: a análise comparativa de cosmologias vistas como processo." In *Anuário Antropológico/88*. Editora da UnB/Tempo Brasileiro. Rio/Brasília.

MÜLLER, R.P. 1983. *Projeto de Estudo Sobre a Arte Gráfica Asuriní: Identidade Étnica, Sobrevivência e Reelaboração Simbólica*. Xerox. São Paulo, 7p.

_____. 1993. *Asuriní do Xingu, História e Arte*. Editora da UNICAMP, 2ª ed., Campinas.

_____. 1994. *Asuriní do Xingu: Transformações e Sobrevivência, GT Florestas e Povos Amazônicos: Desafios e Transformações*. XIX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Niterói.

_____. 1994a. *Xamanismo Asuriní: discurso da resistência*. Simpósio Del ambiente amenazante al ambiente amenazado: la percepción indígena. 48º Congresso Internacional de Americanistas, Estocolmo/Uppsala.

